

A MULHER, SEU ESPAÇO E SUA MISSÃO NA SOCIEDADE. ANÁLISE CRÍTICA DAS DIFERENÇAS ENTRE OS SEXOS

Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli¹

Araci Carmen Costa¹

Alcio Manoel de Sousa Figueiredo¹

Nadia Veronique Jourda Kovaleski¹

RESUMO

A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade constitui a abordagem deste estudo, que, como tema central analisa a questão de diferenças entre os sexos desde a antiguidade até os dias atuais. Adotando um discurso crítico tendo como principais aspectos explorados a marginalização da mulher como grupo minoritário dentro de todos os segmentos da sociedade. Por último, destaca as formas constantes de exclusões e das discriminações praticadas contra a mulher em todos os tempos.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher, evolução histórica, marginalização, diferenças entre os sexos

¹ Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Introdução

Reflexão sobre as origens das desigualdades entre homens e mulheres.

Ao pensar a mulher como segmento marginalizado da sociedade uma primeira pergunta surge: Por que as mulheres, que representam mais da metade da humanidade, são consideradas um grupo minoritário?

Na maioria dos casos é um acontecimento histórico que subordina o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica; a introdução da escravidão na América; e as conquistas coloniais. Na história das mulheres não existe esse acontecimento e por mais longe que se remonte na sua história sempre estiveram subordinadas ao homem. Os grupos minoritários têm um passado, uma história, uma religião própria. As mulheres não têm passado, história, religião própria. Existe solidariedade entre os membros de um grupo marginalizado, porém as mulheres não são solidárias entre elas, pelo fato de estarem disseminadas dentro de todos os segmentos da sociedade: os pobres, os ricos, os negros, os judeus, os homossexuais, os deficientes, os idosos, os clandestinos, os exilados, os refugiados, o proletariado, os guerrilheiros, entre outros. O proletariado pode sonhar com a revolução, os negros e os judeus com o segredo da bomba atômica, a fim de constituir uma humanidade judaica ou negra, mas mesmo em sonho, as mulheres não podem exterminar os homens pela boa razão que eles são seus filhos.

É difícil comparar a mulher com os outros segmentos marginalizados. Segundo BEAUVOIR (2000), o laço que une a mulher a seus opressores não é comparável a nenhum outro. Para ela a divisão dos sexos é um dado biológico e não um momento da história humana.

Para podermos entender sobre quais fundamentos se justifica a diferença entre os sexos devemos voltar as origens do homem. Analisaremos a este fim o livro de Simone de Beauvoir o "Segundo sexo" no qual ela aborda a origem da desigualdade entre homem e mulher numa visão existencialista. Ela analisa também o ponto de vista do materialismo histórico, e em particular o livro de Engels "A origem da família". Françoise Heritier, eminente antropóloga francesa, ex-aluna de Claude Lévi-Strauss nos permitirá jogar uma luz estruturalista sobre as relações entre homens e mulheres.

Um mundo bipolar

Nas mais primitivas sociedades e nas mais antigas mitologias encontra-se uma dualidade que é do “Mesmo e do Outro”: a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. HERITIER (2001), comenta que essa classificação dualista que funda nossa apreensão do mundo é diretamente oriundo de dois grandes blocos de realidade irreduzíveis: a distinção do masculino e do feminino como constante biológica, a alternância do dia e da noite como constante cosmológica.

Já se verificou que cada vez que duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania. Quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada ela domina a outra e faz tudo para mantê-la na opressão.

A mulher na sociedade pré-agrícola: o “handicap” da maternidade.

É singularmente difícil ter uma idéia da situação da mulher no período que precedeu o da agricultura. Mas nada nos impede afirmar que em condições de vida tão diferente das de hoje, a musculatura da mulher, seu aparelho respiratório eram tão desenvolvido como os dos homens. Segundo HERITIER (2001), o fato que nas sociedades primitivas são os homens que caçam e não as mulheres não se funda nem na força nem na resistência. Se uma mulher apreende o manuseio do arco poderá caçar tanto quanto o homem.

Segundo as narrativas de Heródoto (484-420 a.C.) e muitos outros testemunhos antigos e modernos, aconteceu de mulheres tomarem partes em guerras e vendetas sangrentas (BEAUVOIR,2000). Mas apesar de tudo é provável que, então como hoje, os homens tivessem o privilegio da força física.

Por mais robustas que fossem as mulheres, as servidões da reprodução representavam para elas um terrível “handicap”, sobretudo por que a natureza não lhes assegurava (e não assegura até hoje) períodos de esterilidade como às demais fêmeas de mamíferos. As maternidades repetidas deviam absorver a maior parte de suas forças e de seu tempo. Os trabalhos domésticos à que estava (está ainda) voltada, por que só eles eram conciliáveis com os encargos da maternidade, encerravam-na na repetição e na imanência. Reproduzia-se dia após dia

sob uma forma idêntica que se perpetuava quase sem modificação através dos séculos, não produzia nada de novo.

O caso do homem é radicalmente diferente. O *homo faber* é desde a origem dos tempos um inventor: O bastão e a clava eram instrumentos com os quais ele aumentava seu domínio sobre o mundo. Para apossar-se das riquezas do mundo, ele anexava o próprio mundo. Eis porque as expedições de caça e pesca assumiam um caráter sagrado: acolhiam-se os seus êxitos com festas e triunfos. “O homem neles conhece a sua humanidade” BEAUVOIR (2000, p.84).

O homem como caçador ou guerreiro punha em jogo a própria vida para aumentar o prestígio da horda e do clã a que pertencia. Conforme BEAUVOIR (2000, p.84), a maior maldição que pesa sobre a mulher foi de ter sido excluída das expedições guerreiras: “Não é dando a vida, é arriscando-a, que o homem se ergue acima do animal, eis por que na humanidade, a superioridade e outorgada não ao sexo que engendra e sim ao sexo que mata.”

Como já comentamos, por causa das maternidades repetidas e dos trabalhos domésticos a vida das mulheres era dura. Entretanto, muitos historiadores pretendem que é nesse estágio que a superioridade do homem é menos acentuada, ou, para melhor dizer, essa superioridade é imediatamente vivida e não ainda colocada e desejada: ninguém se aplicou em compensar as desvantagens cruéis que prejudicavam a mulher, mas não procurou tampouco regimentá-las como acontecerá mais tarde nos regimes patriarcais.

A mulher na sociedade agrícola

As hordas primitivas quase não se interessavam pela posteridade. Não tinham a preocupação de sobreviver a si mesmas e não se reconheciam na sua descendência. A partir do momento que os nômades se fixam ao solo e se tornam agricultores, a criança e a mulher adquirem muitas vezes um extraordinário prestígio. À concepção das tribos nômades, para as quais não existe senão o instante, a comunidade agrícola substitui a uma vida arraigada no passado e anexando-se o futuro: o clã vota um interesse profundo a seus descendentes, pois sobreviverão através do solo que lhe lega. Nesse tempo de propriedade coletiva, a mulher é venerada por que é assimilada à Terra: O agricultor admira e receia ao mesmo tempo o mistério da fecundidade que desa-

brocha da terra e do ventre materno.

Esses fatos poderiam sugerir que existiam nos tempos primitivos verdadeiros reinados de mulheres². Segundo BEAUVOIR (2000), nada é mais falso por que como já comentamos, o homem só se pensa pensando no Outro: Todos os seres munidos de um pênis são idênticos entre eles, todos aqueles que não têm um pênis, mas que têm uma vulva, são idênticos entre eles e diferentes dos primeiros.(HERITIER,2000). Assim a relação identidade/diferença aparece como a categoria maior do pensamento simbólico dentro de todas as configurações sociais que existiram ou existem. A mulher sendo diferente está na categoria do Outro.

Dizer que a mulher é o Outro equivale a dizer que não existe entre os sexos uma relação de reciprocidade: “Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante, era além do reino humano que seu domínio se afirmava (...) A sociedade sempre foi masculina, o poder político sempre esteve nas mãos dos homens (...) O semelhante, que é também o Mesmo, com quem se estabelece relações recíprocas é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino. BEAUVOIR (2000, p.91)”.

O homem se liberta da Natureza

Na medida em que o homem se liberta da natureza triunfa o princípio Masculino: a transcendência supera a imanência, a técnica a magia, a razão a superstição, BEAUVOIR (2000). É quando o homem passa da Idade da Pedra à Idade do Bronze que a desvalorização da mulher acontece: o agricultor não pode fazer uma espiga de milho amadurecer mais rápido, mas o homem da Idade do Bronze molda a ferramenta de acordo com seu objetivo: ele descobre o seu poder.

Toda a imagem do Universo acha-se transformada. Na Mitologia surge ao lado da Deusa-Mãe, o filho, o amante, o esposo pelos quais ela será destronada. A agnação substitui a filiação uterina, e, a partir de então a mãe é relegada à função de ama, serva. Concluiremos com as palavras de BEAUVOIR (2000, p. 97): “Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violen-

² Tese de Bachofen

ta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico dos homens permitiu-lhes afirmar-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio, alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir.”

O privilégio é das mulheres

O ponto de vista da antropóloga Françoise Heritier difere em parte da análise de Simone de Beauvoir. Para ela, os homens das origens sabiam que sem relações sexuais as mulheres não podiam procriar, mas eles ignoravam o papel do espermatozóide e do óvulo. Acreditavam que um Espírito ancestral penetrava no corpo da mulher, o homem dava forma a este Espírito e a mulher dava à luz. Um grande privilégio das mulheres e, ao mesmo tempo, um grande questionamento para os homens era o fato que as mulheres conseguiam reproduzir algo diferente. Isto quer dizer, como as mulheres davam luz a um menino? O normal seria reproduzir o semelhante.

Um mito das Origens muito comum na África exemplifica esse questionamento. No início os homens e as mulheres viviam separados. Os homens engendravam meninos e as mulheres meninas. Os humanos cometeram uma falta e a Divindade Suprema os condenou a viverem juntos. A condenação foi mais pesada para com os homens: eles não poderiam mais se reproduzir diretamente e deveriam passar pelo corpo das mulheres.

A hipótese que prevaleceu durante séculos para solucionar este enigma foi a seguinte: são dos homens que provêm os meninos e as meninas, as mulheres só fornecem o material bruto. O nascimento de menina é um signo de “déficit” da potência viril, o normal é reproduzir macho. Assim, o homem se torna o elemento motor da procriação. Esse paradoxo é claramente exprimido por Aristóteles: “A mulher fornece a matéria animal à qual o esperma dá a forma, o espírito, a vida.” (BADINTER, 1985). Conforme HERITIER (2001), a mulher torna-se o recurso para ter crianças, mas, sobretudo para ter filho. Esta representação pode enunciar-se de maneira extremamente brutal ainda hoje. O presidente da Frente Islâmico argelino, Ali Belhadj, declarou que as mulheres são feitas para dar a luz a homens muçulmanos; o fato que elas também dão luz à menina é secundário em relação a sua função primeira, e é aceitável por que as meninas são a matéria necessária para fazer homens muçulmanos. Muito recentemente, na França, o amiral

Philippe de Gaulle exprimiu-se para protestar contra a paridade nos partidos políticos por que, segundo ele, as mulheres não são animais políticos mas estão aqui para dar filhos a nação. Assim, de maneira primária, a mulher é percebida como recurso raro permitindo aos homens de se reproduzirem.

HERITIER (2001) liga o fato do homem não poder reproduzir-se sozinho à marginalização e à submissão da mulher. Se a mulher representa um recurso raro que precisa ser usado para se reproduzir é indispensável apropriá-lo e detê-lo numa função particular. HERITIER (2001) chama este mecanismo de “depossession”.

A mulher no materialismo histórico

No materialismo histórico a mulher é vista como igual ao homem até a idade do Bronze. Com a descoberta dos metais um trabalho intensivo de conquista da natureza começa e o homem recorre ao serviço de outros homens que reduz a escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem se torna também proprietário das mulheres. O direito paterno substituiu o direito materno. É o aparecimento da família patriarcal. A partir de então a mulher é oprimida. Conforme ENGELS citado por BEAUVOIR (2000), a mulher só se emancipará quando puder participar em medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante.

Conclusões.

Concordamos com BEAUVOIR e HERITIER: a misoginia não pode ter como fundamento a diferença do desenvolvimento muscular entre os dois sexos. As mulheres são dominadas não por terem uma anatomia diferente, mas por que detêm o privilégio da fecundidade e reprodução. Esse privilégio e tudo o que ele envolve, como a fisiologia particular da mulher, as suas menstruações, o seu sexo parcialmente interno, invisível, misterioso, criou uma verdadeira “genifobia” do homem. A mulher dá a vida, alimenta, cura: a transcendência da mulher está relacionada com a vida e a morte. Existe um terror permanente da mulher que explica bem melhor que a fraqueza muscular ou a aparição do Bronze, o fato histórico que em todas as latitudes os homens procuraram enquadrar a liberdade feminina, a sexualidade feminina, a persona-

lidade feminina, a nocividade feminina.

Poderiam indagar que hoje com os extraordinários progressos científicos, sabemos que o masculino não é tão distinto do feminino e que o homem e a mulher são muitos mais semelhantes que eles imaginavam. O problema reside no fato que enquanto as sociedades e as ciências evoluem, existe uma discordância entre o tempo da aparição dos novos conhecimentos e a transposição desses conhecimentos nas representações globais. Hoje, mesmo as sociedades mais evoluídas, são marcadas pela sobrevivência de um tipo de pensamento arcaico.

Nesse contexto, subdividimos o trabalho em quatro períodos: (I) Mulher da Antiguidade; (II) Mulher na Idade Média; (III) Mulher no Século XIX; e (IV) Mulher no Século XX, sendo que em cada período enfocamos as várias formas de exclusão do sexo feminino.

Mulheres na antiguidade

Como já vimos com ENGEL e BEAUVOIR, a propriedade liga o destino da mulher à herança, é isso durante séculos. O casamento foi a instituição que ajudou a perpetuar este estado de fato.

Na Antigüidade, nos povos árabes e hebraicos, o patriarcado era poderoso. Pelo casamento a mulher era radicalmente tirada do grupo em que tinha nascido e era anexada ao grupo do esposo. O pai podia condenar à morte já ao nascerem os filhos ou filhas. Mas, em geral todo recém-nascido masculino normalmente constituído tinha o direito de viver, ao passar que as meninas, muitas vezes, eram jogadas em fossos.

Aceitar a criança de sexo feminino era um ato de livre generosidade por parte do pai. A mãe que dava à luz a uma menina devia se purificar mais tempo que quando dava luz a um menino. O pai tinha todos os poderes sobre o casamento da filha. Como a mulher era considerada uma propriedade, o homem podia ter tantas mulheres quantas lhe aprazasse e podia repudiá-las quando quisesse. A mulher devia casar virgem e era adstrita a uma rigorosa castidade: seria o pior dos crimes dar direitos de herança a um descendente estrangeiro. A propriedade privada faz da infidelidade conjugal da mulher um crime de alta traição pago com a morte. Entre os judeus da época bíblica a viúva devia

desposar um irmão do defunto.

Os costumes gregos aproximavam-se muito dos orientais, mas eles não praticavam a poligamia oficial, ou seja, a não oficial era comum como se pode ver nas palavras de DEMÓSTENES citado por BEAUVOIR (2000, p.108): “Temos a hetaira para os prazeres do espírito, a palakina para os prazeres dos sentidos e a esposa para nos dar filhos.” A hetaira seria a “mundana” de hoje, a palakina substituía a mulher no leito do senhor quando esta se achava doente, indisposta, grávida ou convalescente do parto.

Em Atenas a mulher permanecia no gineceu. Durante toda a sua vida ela permanecia menor, era dependente do poder do seu tutor: O pai, o marido, ou herdeiro do marido ou na ausência de um desses, o Estado, através de funcionários públicos. Na ausência de descendente masculino a herdeira deveria desposar o parente mais idoso do lado paterno, desse modo os bens que lhe legava o pai eram transmitidos às crianças do mesmo grupo.

É interessante notar que no mesmo tempo, na cidade de Esparta, a situação da mulher era bem diferente. O regime comunitário permitia que a mulher fosse tratada quase em pé de igualdade com o homem. As meninas eram educadas como os meninos, a esposa não era confinada ao lar do esposo. Este só era autorizado a fazer-lhe furtivas visitas noturnas e a esposa lhe pertencia tão pouco que em nome da eugenia, outros homens podiam unir-se com ela: a própria noção de adultério desaparece quando a herança deixa de existir.

Mulheres na Idade Média

A sociedade da Idade Média era uma sociedade masculina, ou melhor, uma sociedade fortemente marcada pelo homem, pois as suas manifestações culturais têm o selo do domínio, das lutas pelo poder e dos preconceitos masculinos. As mulheres surgem nesta sociedade, segundo as fontes escritas, apenas como fantasmas masculinos. Eram tratadas como “o outro sexo” (OPITZ, 1993).

No mundo medieval a mulher não tinha nenhum direito como pessoa, pois a sua condição apresentava-se muito incerta. A mulher

via-se desprovida de todos os direitos privados porque não tinha nenhuma capacidade política.

Foi necessário o aparecimento dos “novos movimentos feministas” e o próprio interesse das mulheres por elas próprias para que emergisse, dos fantasmas masculinos da Idade Média, uma “História das mulheres”, que teve por objetivo descobrir o mundo das mulheres mascarado pelos dos homens, para reconstruir sua visão das coisas, as suas experiências e necessidades, os seus desejos e atividades.

Os casamentos eram impostos, pois a concepção de amor era muito diferente daquela que conhecemos, tanto pelo conteúdo como pelo lugar que ocupa cronológica e logicamente na formação do vínculo, pois não era um dado psicológico condicionando o casamento e anterior a ele (“uma vez que nos amamos casemo-nos!”), mas um prescrito no casamento, um preceito moral (“Amai-vos”).

Assim, na Idade Média a mulher achava-se na absoluta dependência do pai e marido; casava-se sem o seu consentimento e servia aos caprichos do marido, que tinha sobre ela o direito de vida e morte, era tratada como uma serva. A mulher era protegida por lei, mas na qualidade de propriedade do homem e mãe de seus filhos. As mulheres que não se casavam eram encaminhadas ao convento.

Reforçando a idéia de um lugar mais “adequado” às mulheres, surgiu a doutrina do amor cortês: um amor não consumado que se apresentava contrário ao amor carnal das feiticeiras. Esse amor procurava colocar as mulheres, particularmente aquelas da classe dominante, num pedestal de pureza e idealização, fazendo com que os cavaleiros cantassem, a elas, seu amor platônico com o objetivo de obter coragem nas batalhas.

Desta forma, não existia valorização da mulher na doutrina do amor cortês, pois esse amor, primeiro tinha um caráter restritivo, destinando-se somente às damas e excluindo as mulheres pobres. Em segundo lugar, esse amor enfatizava a imagem feminina e não a mulher em si. A mulher era apenas uma referência que inspirava o amante que se constituiria no verdadeiro sujeito, aquele que sentia, sofria e era engrandecido pelo amor. O que importava era o amor e não a dama, pois esta deveria fisicamente fazer-se ausente. Essa ausência tinha um papel relevante, contribuindo para a educação do jovem, que tinha que dominar seu corpo e, dessa forma, aumentar seu próprio valor (L'HERMITE-LECLERCQ, 1993).

Sobre a participação feminina na esfera extra-doméstica, os historiadores reiteram que esteve associada ao afastamento do homem por motivo de guerra (MACEDO, 1997). Com efeito, elas constituíam uma força necessária nesses períodos, nos quais havia ausência masculina. Nesse momento, as mulheres tinham a oportunidade de receber uma melhor educação e responsabilizarem-se pela transmissão e preservação da cultura. Na Idade Média esse afastamento, motivado por razões bélicas, contribuiu para que a mulher medieval conseguisse direitos de propriedade e de sucessão, permissão para participar das corporações de ofícios como aprendiz, onde recebia instrução profissional ou, como mestre, em caso de morte de seu marido; e, participar do mercado de trabalho, apesar de nele sofrer restrições, concentrando-a em profissões femininas (tecelagem, costura e bordado) e percebendo remuneração inferior ao homem (DUBY, 1993).

No final do século XII, as mulheres ocupavam uma melhor posição na sociedade medieval, desempenhando um importante papel econômico, particularmente em períodos de ausência masculina, fato que ocorria com freqüência. Espaços na Igreja Institucional foram ocupados pelas mulheres que se tornaram abadessas, diáconas ou monjas. Há, também, mulheres que exerceram tarefas consideradas masculinas como serralheria e carpintaria, além da existência de mulheres que freqüentaram universidades no século XVI. Assim, podemos concluir que, enquanto mão-de-obra, as mulheres participaram de forma decisiva no desenvolvimento econômico das cidades medievais (ALVES e PITANGUY, 1985).

Na era medieval foi conferido à Igreja um grande poder, pois durante séculos ela foi eixo intelectual do ocidente pela sua posição dominante na cultura, economia e política. O clero, teoricamente, tinha a função de rezar e salvar a alma das pessoas. Muitos proprietários, próximos à morte, querendo redimir-se da vida que tinham levado e salvar suas almas, doavam terras à Igreja. O aumento dessas terras permitiu que o clero, juntamente com a nobreza, formassem a classe dominante da época. Nesse período a Igreja, particularmente a Católica, procurou manter a ordem e a justiça, assim como transmitir os conhecimentos. Ela pensou a humanidade e a sociedade de maneira que, homens e mulheres se encaminhassem para a salvação. Para alcançar esse objetivo, propôs-se que ambos tivessem lugares e funções diferentes na sociedade. Porém, os homens (monges) que pensaram sobre o destino das mulheres, desempenharam essa atribuição sem ter preparo

adequado para isso. Os clérigos que passaram a representar o feminino, entretanto, encontravam-se separados das mulheres pelo celibato (obrigatório a partir do século XI) e eram detentores de pouco conhecimento sobre elas.

Como resultado disso, percebeu-se o crescimento da misoginia social, ocorrendo um aumento do desprezo e da aversão pelas mulheres na sociedade. A mulher foi representada como um produto secundário e inferior ao homem, isto é, ela era vista pelos religiosos como “naturalmente” inferior aos homens, haja vista a criação primeira do homem a imagem e semelhança de deus, ou seja, um reflexo secundário da imagem masculina.

Casagrande (1993) relata que no final do século XII até ao final do século XV, surgiram numerosos discursos e textos de homens da igreja e leigos que testemunharam a necessidade e a urgência de elaboração de valores e modelos comportamentais para as mulheres. Assim, a partir do século XIII, o discurso religioso da idade média, começou a apresentar a mulher segundo dois modelos predominantes: Eva e Maria. O primeiro modelo, apresentava a mulher como um ser essencialmente mau, simbolizada pela figura de Eva; e, de acordo com o segundo modelo, a mulher era essencialmente perfeita e pura. O discurso religioso que associou o feminino à imagem de Eva e, conseqüentemente ao pecado, apresentou-se forte e conseguiu outros aliados: o discurso médico e o científico que, na época, propagavam a inferioridade e a impureza feminina. Da intersecção desses discursos emergiram argumentos que contribuíram para que, na idade média, ocorresse um verdadeiro genocídio do sexo feminino: a “caça das bruxas”.

Segundo Muraro (1995), os inquisidores, apoiados pela sua interpretação bíblica e pelos discursos sobre a “natureza maligna” da mulher, apresentaram o sexo feminino como inferior e impuro. Isso procurava justificar as atrocidades cometidas no período de “caça às bruxas”, no qual estima-se que vários milhões de pessoas foram assassinadas, das quais 85% eram mulheres pobres ou possuidores de bens cobiçados pelos vizinhos e sem proteção masculina.

Diante de todo o exposto, podemos concluir que os inúmeros dados acerca da mulher medieval são, em grande parte, compostos por imagens estereotipadas e, via de regra, apresentadas sob o ponto de vista masculino, como é o caso da imagem de Eva, Maria, ou da dama no amor cortês.

Essas imagens certamente não correspondiam a realidade concreta vivida pelas mulheres, pois a sociedade a qual pertenciam era formada por estamentos que determinava a posição hierárquica social de seus membros através da tradição e do status legal de seus membros, fato que distanciava mulheres pertencentes ao campesinato daquelas pertencentes à nobreza. Isso dificultou a elaboração de padrões únicos de comportamentos, porém não impediu que algumas imagens se tornassem dominantes, chegando aos dias atuais como representantes da mulher na época.

A afirmação de que estas imagens têm muito da ótica masculina repousa no fato de que, nesse período, os homens detinham o domínio da leitura e da escrita e poucas mulheres eram alfabetizadas, comumente, as religiosas ou as damas.

A sociedade medieval era governada por homens e as mulheres, normalmente, desempenhavam o papel de mãe e esposa. A capacidade de gerar filhos, principalmente do sexo masculino, era essencial para garantir-lhes um lugar entre os demais familiares. Elas eram ensinadas a obedecer e a sua educação estava voltada ao espaço doméstico e ao desenvolvimento da capacidade de agradar aos homens. Recebendo uma educação para o ambiente doméstico, as mulheres, provavelmente, enfrentaram dificuldades maiores que os homens para participarem de atividades fora do lar que tiveram que desempenhar para sobreviver.

Porém, apesar da mulher ter uma participação significativa na vida social e econômica da Idade Média, prevaleceu a idéia transmitida pelo romantismo da cavalaria: a mulher frágil, indolente e sempre entretida entre bordados e bandolins, à espera de seu cavaleiro ardente. Estas imagens contribuíram para manter a mulher afastada de inúmeras atividades, entre elas da hierarquia política e religiosa, fato que persistiu no período moderno.

Mulheres no século XIX

O discurso religioso da idade média foi substituído pelo discurso da racionalidade científica, ou seja, o poder da igreja enfraqueceu e as atividades intelectuais tornaram-se laicas. A renovação cultural

espalhada pela Europa, denominada de renascimento teve como elemento central o humanismo – valorização do homem. Além disso, outros princípios fizeram parte dessa renovação: **(I)** o uso da razão frente à revelação; **(II)** o criticismo; **(III)** o rigor das ciências exatas. (ORDOÑEZ e QUEVEDO, 1998).

A valorização do homem e das ciências aumentou a exclusão social da mulher. Nesse contexto, as mulheres no mercado de trabalho tiveram oportunidades restritas. A necessidade de sobrevivência que as mulheres pobres enfrentaram não permitiu que estas deixassem de participar do mercado de trabalho. Em outras palavras, o trabalho da mulher, valorizado ou não, não deixou de existir. O quadro de desvalorização do trabalho da mulher agravou-se com o capitalismo, que submeteu a exploração da força de trabalho feminina ao processo de acumulação capitalista.

A decadência do feudalismo frente ao novo modo de produção capitalista, concomitantemente com o crescimento das cidades e da atividade comercial européia, ocasionou uma ascensão dos burgueses, que passaram a formar a classe dominante do regime capitalista. Em consequência da evolução do mercado, a existência de matéria prima abundante e o surgimento de fábricas substituindo as oficinas e o trabalho manual, o artesão passou a vender seu trabalho para o empresário, que por sua vez objetivando ampliar seus lucros, passou a contratar crianças e mulheres com salários menores que os dos homens.

Nesse prisma, emerge o iluminismo – movimento intelectual que expressou os anseios da sociedade burguesa -, também denominado de século das luzes –que defendia a eliminação das diferenças entre os seres humanos: “todos os homens são por natureza iguais em direito”. Na verdade, o discurso de igualdade e da eliminação de diferenças de raça e de sexo era para todos, só que na prática este discurso era elaborado pelos homens sem nenhuma participação da mulher. Em outras palavras, as mulheres nesse período que representavam 50 % dos seres humanos, estavam excluídas da expressão “todos os homens” e das possibilidades de obter igualdade de direitos³. (GRAMPE-CASNABET. 1991:369).

³ O século das luzes apresentou padrões ideais para as mulheres, ou seja: (i) as mulheres de classes superiores cultuaram a domesticidade, o amor materno e inaugurou-se o amor romântico; (ii) as mulheres de classes pobres, sem acesso ao saber, esperava-se que transmitissem aos filhos regras de submissão que as tornariam operários ideais para o século XIX.

O humanismo e o iluminismo apresentaram propostas de igualdade de direitos entre todos os seres humanos, propostas que não tiveram repercussão positiva sobre as condições de vida das mulheres⁴.

A revolução francesa aboliu os privilégios feudais que ainda existiam na França e aprovou-se a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. Essa declaração era baseada em ideais iluministas e estabelecia a igualdade de todos perante a lei, além do direito de propriedade e à liberdade. Porém, essas conquistas não refletiam as preocupações com relação à situação das mulheres da época. As revolucionárias francesas reivindicavam mudanças nas leis que as subordinavam aos seus maridos, denunciavam a situação da mulher no trabalho, sua desigualdade com os homens frente às leis, sua pouca participação política e o alto índice de prostituição feminina na época.

A exclusão da mulher e que o ideário francês de igualdade para todos era somente para os “homens” se comprova quando a escritora francesa Olympe de Gouges escreveu (1791) o texto intitulado “Os Direitos da Mulher Cidadã”, no qual mantinha os princípios liberais da revolução, porém exigia que os direitos masculinos fossem estendidos às mulheres. Os deputados da Assembléia Nacional após receberem seu texto, responderam que a Revolução Francesa era uma revolução masculina e que não poderiam conceder os direitos do homem às mulheres. Em novembro de 1793, Olympe de Gouges, foi guilhotinada⁵. Em 1795, via decreto, a Assembléia Nacional fecha o acesso das mulheres ao mundo público, circunscrevendo-as à esfera doméstica, com lastro nas idéias de Jean Jacques Rousseau⁶. (MURARO, 1995)

A imprensa no século XIX não deixava dúvida quanto a inferioridade das mulheres:

Ora, enquanto os homens são robustos, fortes, cheios de energia

⁴ Por exemplo, a “caça as bruxas” iniciada na idade média, teve seu apogeu durante a renascença e prosseguiu até o século XVIII.

⁵ Sob a alegação de que Olympe de Gouges “Ter querido ser um homem de Estado e Ter esquecido as virtudes próprias de seu sexo” (ALVES E PITANGUY, 1985:34).

⁶ Segundo Rousseau, a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização natural e colocar-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta: “Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável: são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que se lhes deve ensinar desde a infância”. (In: Jean Jacques Rousseau apud ALVES E PITANGUY, 1985:34).

e coragem, aptos a meditações profundas e a estudos longos e sérios, as mulheres que se imiscuem nos assuntos públicos faltariam às funções a elas atribuídas pela natureza, que são, além daquelas de cuidar de casa e dos trabalhos domésticos, também as “de dar início à educação dos homens: iniciar o espírito e o coração das crianças às virtudes públicas e instruí-los no culto político da liberdade” (GROPPI, 1995:14)⁷.

Esse apelo à “natureza feminina” demonstra a necessidade da contribuição feminina na construção da cidadania masculina, fato que poderia atribuir um certo poder às mulheres. No entanto, a exclusão da cidadania das mulheres ocorria não sob a alegação de incapacidade, mas devido a sua natureza feminina, ou seja, as virtudes específicas das mulheres na esfera privada e familiar. (GROPPI, 1995). Em outras palavras, as mulheres eram necessárias para a construção da cidadania masculina, mas não eram autorizadas a construir a sua própria cidadania.

O masculino teria direito de participação ativa na esfera pública, o que lhe assegura a cidadania plena. Ao feminino, a exclusão da esfera pública, implicando na inexistência da cidadania, prevalecendo a argumentação da “naturalidade” das diferenças, o que justificava a desigualdade entre homens e mulheres.⁸

A revolução industrial propiciou conquistas econômicas para a mulher, porque escapou do lar e transferiu-se para fábrica, participando na produção. É a máquina e o surgimento das fábricas que propiciam esta violenta modificação, haja vista que diferença de força física entre trabalhadores masculinos e femininos é anulada pelos maquinários.

O uso das máquinas no setor produtivo exigiu que as mulheres saíssem de casa para realizá-lo, fato que deu maior visibilidade ao trabalho feminino, sendo que essa visibilidade não significou o fim da

⁷ Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi filósofo, romancista suíço de língua francesa e ideólogo da Revolução Francesa. Essa revolução ocorreu no final do século XVIII e início do século XIX e foi um “movimento burguês, apoiado pelo povo, que derrubou o absolutismo na França e estabeleceu o Estado Burguês, fundamentado em leis que refletiam os direitos individuais do cidadão, a liberdade e a igualdade” (ORDÓÑEZ e QUEVEDO, 1998:146), direito que, entretanto, não foram estendidos às mulheres.

⁸ A obra “La Justice” de Proudhon descreve a inferioridade da mulher: a mulher deve permanecer na dependência do homem; só ele vale como indivíduo social; não há no casal uma associação, o que pressuporia a igualdade, mas uma união; a mulher é inferior ao homem, primeiramente porque sua força física atinge apenas dois terços da dele, em seguida porque é intelectual e moralmente inferior a ele na mesma proporção: seu valor é no conjunto de 2x2x2 contra 3x3x3, ou seja 8/27 da do sexo forte.

subordinação das mulheres aos homens. Mulheres assalariadas, permaneciam dependentes do pai ou do esposo, fato que restringia sua autonomia pessoal e financeira.

No século XIX as mulheres eram exploradas. As operárias não ganhavam o suficiente para atender as suas necessidades. Os patrões muitas vezes preferiam as mulheres dos que os homens: “Trabalham melhor e mais barato”⁹.

É certo que a exploração da classe trabalhadora não só atingiu as mulheres, mas sem dúvida foi onde a exploração foi mais intensa:

“Compartilhando com o homem as terríveis condições de trabalhos vigentes naquele período, como jornadas de 14, 16 e até 18 horas, as mulheres (assim como os menores) sofrem ainda uma super exploração advinda das diferenças salariais. Em Paris, os salários femininos eram em média de 2,14 francos e os masculinos de 4,75; na Alemanha, na indústria de papel, os homens ganhavam de 18 a 20 marcos e as mulheres de 9 a 12; em Massachussts, na indústria de calçados, os salários variavam de 37 dólares para as mulheres a 75 para os homens. A justificativa ideológica para esta super exploração era que as mulheres necessitavam menos do trabalho e menos salários do que os homens, porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse”. (ALVES e PITANGUY, 1985:38).

Nessa perspectiva, o discurso dominante era que o salário da mulher era apenas uma complementação da renda familiar, enquanto o salário do homem, deveria proporcionar suporte econômico para manter a família. A despeito destas dificuldades, a expansão do trabalho feminino foi cada vez maior no século XIX, surgindo a partir desta contestação questionamentos sobre a conveniência, moralidade e legalidade do trabalho assalariado da mulher, haja vista que o discurso dominante considerava que o trabalho violava a “natureza feminina” da mulher. Com efeito, o trabalho assalariado geraria alterações no corpo da mulher, incapacitando-a para a maternidade, além da imoralidade que representava o desenvolvimento de trabalhos pesados, a exposição a um ambiente

⁹ Marx conta em uma nota do O Capital: “O Sr. E., industrial, disse-me que só empregava mulheres casadas e, entre elas, às que tinham família em casa, porque mostravam mais atenção e docilidade do que as celibatárias e trabalhavam até o esgotamento de suas forças, a fim de conseguir os meios indispensáveis à subsistência dos seus. Assim é, acrescenta Marx, que as qualidades inerentes à mulher são deturpadas em seu próprio detrimento, e todos os elementos morais e delicados de sua natureza se transformam em meios de escravizá-la e fazê-la sofrer”.

masculino, a sujeição a favores sexuais aos capatazes e o abandono do espaço doméstico. Este discurso se não impediu o trabalho da mulher, certamente contribuiu muito para sua desvalorização.

Por outro lado, a mulher no século XIX liberta-se da natureza: torna-se senhora de seu corpo. Livre em grande parte das servidões da reprodução, pode desempenhar o papel econômico que se lhe propõe e lhe assegurará a conquista total de sua pessoa. Com efeito, é pela conjunção destes dois fatores: (i) participação na produção; (ii) libertação da escravidão da reprodução, que se explica a evolução da mulher na sociedade oitocentista.

Mulheres do século XX

O século XX apresentou-se como um século que possibilitou mudanças para a vida humana. Apesar das desigualdades sociais, o século “tecnológico”, proporcionou à humanidade uma melhor saúde, maior longevidade, melhores níveis educacionais, modos de vida mais urbanizados, multiplicação de consumos e serviços¹⁰. Ocorreu uma transformação no trabalho doméstico e no regime de maternidade, permitindo às mulheres uma maior participação na vida social.

Esse século presenciou também sérios problemas do regime capitalista. Surgiram crises que, paradoxalmente, ocasionaram, em meio a uma grande abundância, mais miséria para a população. Os capitalistas procurando manter seus lucros procuram saídas no imperialismo e no colonialismo.

O imperialismo gerou outras crises que culminaram com a Primeira Guerra Mundial, na qual a Europa perde sua posição hegemônica sobre o mundo¹¹. Este fato consistiu no primeiro golpe do sistema capitalista, sendo que o segundo foi a Revolução Socialista de 1917.

As crises do capitalismo geraram duas grandes soluções. A primeira, a exemplo da União Soviética, referenciada pelo método defen-

¹⁰ THÉBARD (1991)

¹¹ AQUINO et al (1983)

dido por Marx e Engels, consistia na propriedade coletiva dos meios de produção e no fim das diferenças de classes sociais, implantando, via revolução, o Socialismo. E a segunda consistia em controlar o próprio capitalismo através da intervenção do Estado na economia como forma de garantir os princípios básicos do sistema: a propriedade privada e o lucro. O mundo do século XX, apresentou-se, dessa forma, dividido em países socialistas de um lado e países (neo)capitalistas de outro.

Nos países capitalistas, não é possível estabelecer uma condição única para as mulheres, pois estas vivem realidades diferenciadas. Nos grupos camponeses, por exemplo, nas quais a família é a unidade de produção e reprodução, permanece a opressão tradicional à mulher. Já nas classes operárias urbanas emergentes, a condição feminina, embora, um pouco melhor do que entre os camponeses, continua nos padrões históricos de exploração. Nestas classes, o trabalho feminino além de ser cada vez mais necessário à sobrevivência da família, permanece importante no processo de acumulação capitalista que, através da contratação de trabalhadores com salários inferiores aos masculinos, amplia sua margem de lucros¹².

Na classe dominante, apesar dos privilégios mantidos pelas mulheres, elas continuam submissas aos seus maridos como forma de manutenção de poder, riqueza e posição social. Já na classe média, composta por pequenos proprietários e funcionários médios do sistema produtivo e do governo, as mulheres, quando não trabalham, vivem o papel tradicional de mãe e dona de casa. Nos grandes centros tem-se, ainda, uma classe média composta de intelectuais, profissionais liberais, artistas, funcionários de áreas produtivas sofisticadas. As mulheres desta classe, em geral, seguem carreiras profissionais e são mais inovadoras em matéria de costumes e política¹³.

Participação feminina nas grandes guerras

A guerra sempre foi um momento em que a concepção de trabalho deixava de ser considerada “natural” aos homens e “anormal” às mulheres. As mulheres, nesse período, via de regra, são convocadas

¹² MURARO (1995)

¹³ LAGRAVE (1991)

a assumirem postos de trabalho vagos devido à ausência masculina.

A Primeira Guerra Mundial pode ser considerada uma experiência de liberdade e de responsabilidade femininas. Nesse período, o trabalho feminino colocado “a serviço da pátria” teve uma grande valorização, abrindo-se novas oportunidades profissionais. Quebraram-se, por necessidade, barreiras que impediam as mulheres de exercer determinadas profissões, permitindo que estas conhecessem suas próprias capacidades. No entanto, o contexto pós-guerra, apresentou-se com turbulências conjunturais e estruturais, crises econômicas e desemprego, exigindo que as mulheres voltassem aos seus “papéis tradicionais”.

As mulheres, no entanto, não aceitaram naturalmente o “dever” de entregar seus empregos novamente aos homens, retornando ao lar como se não tivessem passado por aquela experiência. Dessa forma, os deveres considerados femininos e esquecidos por muitas mulheres passaram a ser lembrados. As nações deveriam ser reconstruídas e repovoadas. No entanto, a taxa de natalidade se encontrava em declínio, pois as mulheres apresentavam-se ocupadas no processo produtivo. Essa necessidade conjugada com o fato de que os homens regressavam e desejavam ter emprego, desencadearam uma nova campanha para o regresso das mulheres aos seus lares.

Em ação repressiva, procurou-se proibir o trabalho das “mães de família” e, em ação educativa, revalorizou-se o trabalho doméstico. Essa política, defendia que do trabalho feminino nascia todo o mal, a queda de natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais a frente à educação dos filhos. Defendia ainda a mãe educadora, a dona de casa racional e “taylorizada”, cuja obrigação era evitar o esbanjamento, racionalizar ao máximo o orçamento e fazer o máximo “com o que se tem”.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, bem como no período subsequente a ela, a mesma situação se repete. O trabalho feminino foi útil, porém descartável com o regresso dos homens, seus legítimos titulares.

O processo que levou a mulher ao mundo do trabalho seja desencadeado por guerra, seja posteriormente por necessidades de sobrevivência ou demandas do capitalismo, não apresentou retração, mesmo com a divulgação de ideologias que valorizam o espaço doméstico e a mulher dona-de-casa. Nesse sentido, o movimento feminista

teve participação importante na conquista de espaços da mulher na sociedade.

Movimento Feminista

O movimento feminista iniciou-se na Europa com o objetivo de lutar contra a inferiorização feminina na sociedade e conquistar a igualdade de direitos políticos e sociais para as mulheres, entretanto, o auge de conquistas efetivas se deu com o movimento denominado “segunda onda”, surgido no final da década de 1960. O ano de 1968, considerado como marco de rebeldia e contestação, deve também ser compreendido como a referência de um processo maior que vinha constituindo-se e continuou desdobrando-se em movimentos específicos. Emerge daí o movimento feminista contemporâneo, que se apresentou expresso através de protestos, marchas, grupos de conscientização, jornais, revistas e livros. As primeiras estudiosas feministas procuraram tornar visível a mulher, historicamente ocultada, através de uma segregação social e política¹⁴. Estes estudos feministas possibilitaram as condições concretas de vida das mulheres trabalhadoras, apontar desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas e denunciar a opressão feminina.

Desde então, o feminismo além de reivindicar igualdade de direitos políticos, trabalhistas e civis, passa também a questionar o “termo feminino” e a crença na inferioridade “natural da mulher” baseada em fatores biológicos. O conceito de gênero, começa a ser usado para explicar as diferenças culturalmente construídas entre homens e mulheres, refutando a justificativa de que essas diferenças são sempre biológicas e, portanto, “naturais”.

Contraoendo-se às justificativas de que as desigualdades sociais entre homens e mulheres eram resultados das características físicas inerentes a cada um dos sexos, as feministas procuram mostrar que o mais importante para a compreensão do lugar e das relações entre homens e mulheres numa sociedade é o que se construiu socialmente sobre os sexos e não apenas as características sexuais de cada ser humano. Neste debate, gênero constituiu-se num conceito fundamental.

¹⁴ LOURO (1997)

Em várias partes do mundo multiplicaram-se as pesquisas sobre o passado das mulheres. Nesses estudos, as diferenças biológicas de sexo eram vistas como determinantes dos comportamentos sociais diferenciados do homem e da mulher. Nesses estudos, a responsabilidade pela situação de opressão feminina foi creditada aos homens¹⁵. Os estudos sobre as mulheres da década de 1980 reconhecem as diferenças entre as mulheres e o questionamento da oposição entre homem e mulher. E, na década de 1990, existe uma gradativa transformação dos estudos de mulheres em estudos de gênero. Considera-se que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e que suas relações não são determinadas, mas resultam de correlações de forças presentes em cada situação. Não existe necessariamente a superação de uma perspectiva em função do surgimento de outra, dessa forma coexistem trabalhos, teorias em movimentos sob diversas perspectivas.

Mulher Brasileira

No processo de colonização brasileira, houve necessidade de povoamento urgente enquanto forma de garantir o mando de Portugal sobre as terras “descobertas”. No entanto, havia escassez de mulheres brancas, o que levou a incentivar a miscigenação entre europeus e índias e posteriormente com escravas negras. Com a abolição da escravatura, como forma de garantir “braços” não negros para o trabalho, incentivou-se ainda um processo migratório que trouxe ao Brasil inúmeros estrangeiros, principalmente europeus. Desse processo, surgiu em grande parte, o povo brasileiro.

O Brasil dessa forma possui uma rica cultura e, considerando a questão de valores, percebe-se a existência de uma grande variedade, sendo difícil fazer generalizações. No tocante às condições das mulheres, existe uma variação principalmente de acordo com a classe social, mas também com a etnia, faixa etária e grau de escolaridade. No Brasil, é mais “verdadeiro” dizer que existem mulheres brasileiras e não mulher brasileira.

No Brasil, o quadro de exploração das mulheres trabalhadoras não diferiu sobremaneira das condições percebidas no resto do

¹⁵ ARCHANJO (1994)

mundo. O trabalho das mulheres, assim como das crianças e adolescentes, apresentou-se com valores ainda menores que os masculinos.

Ocorreu uma forte presença feminina em inúmeras atividades, substituindo os escravos nas lavouras ou trabalhando nas fábricas que surgiam nas cidades. O discurso dominante, no entanto, reforçava que o lugar mais “adequado” para as mulheres era o espaço doméstico, reproduzindo imagens femininas européias.

Nesse discurso, as mulheres trabalhadoras pobres eram consideradas ignorantes, irresponsáveis, incapazes e mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas. Estas, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. Dessa forma, as costureiras, operárias, lavadeiras, empregadas domésticas, floristas, artistas ou outras profissões femininas estavam associadas à perdição moral, desagregação e prostituição, assim como todo trabalho braçal, antes realizado por escravos, estava fortemente associado à incapacidade de desenvolvimento intelectual e degeneração moral.

Foram divulgados modelos de gênero inspirados na pregação positivista, os quais tiveram papel significativo nos primórdios do Brasil republicano. A mulher foi considerada um ser nobre e puro, porém mais delicado e menos enérgico¹⁶. Dessa forma, o gênero feminino deveria se resguardar de ações e empreendimentos demasiadamente rudes, deixando para o homem, por exemplo, o desgaste da participação pública. A mulher, entretanto, não deixou de ser incentivada para a atuação pública, pois era possível a sua participação nessa esfera, desde que não entrasse em desacordo com a sua face privada. Dessa forma, mulher não era incentivada ao aprendizado técnico profissional, privilegiando-se as humanidades e a prática de atividades ditas femininas.

Perante as elites intelectuais e políticas brasileiras, sempre se fazia presente a imagem do trabalho feminino enquanto complementação de renda familiar, supondo que a mulher brasileira teria sempre um homem que a sustentasse.

¹⁶ TRINDADE (1997)

Educação feminina no Brasil

As primeiras brasileiras mantinham professoras para as classes femininas e professores para as masculinas. A tarefa desses/as mestres era ensinar meninos e meninas a ler, escrever, contar, efetuar quatro operações e a doutrina cristã. A partir daí, a exemplo dos modelos europeus, ensinava-se aos meninos geometria e às meninas bordados e costura. Essa diferença curricular permitiu que o trabalho feminino no magistério tivesse valor diferenciado do trabalho masculino. Os professores começaram a ter salários mais altos que as professoras, pois o ensino da geometria, destinado apenas aos meninos e ensinado somente por professores, implicava num acréscimo salarial.

Esse modelo de ensino certamente não se aplicava às crianças negras e indígenas, as quais, respectivamente, eram educadas no trabalho para a sobrevivência e em práticas associadas aos seus grupos de origem, nem tampouco às meninas brancas pobres.

Na educação feminina predominava a moral religiosa (Igreja Católica), que apontava para a dicotomia entre Eva e Maria, apresentando como ideal feminino o recato, a busca da perfeição moral, a aceitação de sacrifícios e ação educadora de seus filhos e filhas, seguindo o exemplo de Maria. Discursos apontavam que a mulher brasileira deveria ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, primeira educadora dos filhos, confidente e conselheira do marido, reguladora da economia da casa e executora dos demais deveres relacionados a essas tarefas.

Com o aumento da demanda escolar e a conseqüente necessidade de professores para desenvolver as atividades educacionais, as funções consideradas como “naturais” da mulher foram associadas ao magistério e essa profissão passou a ser vista como extensão da maternidade. A escola foi vista como um espaço para o amor e doação no qual cada aluno representaria um filho ou filha moral.

Conclusão

Com certeza hoje, nós estamos entre a igualdade e liberdade. Entre a igualdade que nós procuramos sem cessar e a liberdade apa-

rentemente ganha, mas sempre frágil. Este entre-dois é um lugar no espaço e no tempo; este entre-dois pode significar momentos marcados, dependendo da conjuntura, por uma exigência de igualdade ou pela afirmação da liberdade.

A nosso ver não é preciso escolher, mas só substituir uma conjunção ao termo de oposição: somos iguais e diferentes. Esta afirmação pode parecer simplista, mas na verdade oferece uma abertura entre os dois limites de uma expressão da diferença dos sexos, o semelhante e o não semelhante.

Na dupla filosófica identidade/diferença podemos, então, substituir identidade por igualdade. Mas devemos sobrepor diferença e liberdade porque é por causa da diferença das mulheres que a sua liberdade é aceita ou não aceita. Na verdade, a afirmação da dupla igualdade/diferença é etnocêntrica: o paradigma é europeu e é o resultado de algumas décadas sem guerras. Mas as recentes guerras na ex-Yugoslávia, lembraram-nos que a liberdade das mulheres como a igualdade democrática, não são fatos adquiridos. Qualquer guerra atinge o indivíduo, homem ou mulher, em seu corpo. Os estupros sistemáticos de mulheres sérvias ou croatas demonstraram-nos que a guerra as atinge, sobretudo no seu sexo. A liberdade das mulheres é ligada à existência do seu corpo e a sua evidente diferença sexual: a igualdade implica a neutralização da diferença física.

No início do século XXI, a luta das mulheres por igualdade e liberdade está começando. Falamos mais da igualdade por ser um termo menos abstrato, mas é bom lembrar que nossa maior conquista no século XX foi no fundamento da liberdade: A revolução contraceptiva, o direito de dispor do seu corpo que podemos qualificar de “habeas corpus”.

À pergunta: O século XX lhe parece, como o século da conquista da igualdade dos sexos? A situação inédita que foi aberta lhe parece decisiva? F. HERITIER (ESPRIT.2000, p.89/90), eminente antropóloga francesa, ex-aluna de Lévi-Strauss, responde: “De fato, a grande revolução da nossa época não é necessariamente a conquista espacial. É mais a conquista pelas mulheres no Ocidente de um estatuto de pessoas autônomas, juridicamente reconhecidas que até agora lhes era negadas. A meu ver, o ponto central desta conquista é o direito de dispor si mesmas dada pelo domínio da sua fecundidade”.¹⁵

¹⁵ Tradução dos autores.

RESUMÉ

La femme, son espace, sa mission constitue l'abordage de cette étude qui comme thème central analyse la question des différences entre les sexes depuis l'Antiquité jusqu'à nos jours. Un discours critique a été adopté dans l'analyse des principaux aspects explorés comme la marginalisation de la femme dans tous les segments de la société. En dernier lieu nous relevons les formes constantes de l'exclusion et de la discrimination pratiquées contre la femme à travers les temps.

MOT CLÉ

femme, évolution historique, différences entre les sexes, marginalisation

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AQUINO, Rubim Santos Leão de [et.al.] **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ARCHANJO, Léa Resende. **Situando os Estudos sobre Gênero na Historiografia**. Curitiba, 1994.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BECHTEL, G. **Les quatre femmes de Dieu**: La putain, la sorcière, la sainte & Bécassine. Malesherbes: Plon, 2000.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B.; VARGAS, Monica Munõz (orgs.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CASAGRANDE, Carla, In DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres**: A Idade Média – volume 2. Porto: Afrontamento, 1993.

DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres**: A Antiguidade – volume 1. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. **História das mulheres**: A Idade Média – volume 2. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. **História das mulheres**: Do Renascimento à Idade Moderna – volume 3. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. **História das mulheres**: O Século XIX – volume 4. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. **História das mulheres**: – volume 5. Porto: Afrontamento, 1993.

GRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: ZENON, Natalie; FARGE, Arlette. **História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna** – v. 3. Porto:Afrontamento, 1993.

HÉRITIER, F. Privilège de la féminité et domination masculine. **Esprit**, Paris, n. 273, p. 77-95, mars/avril 2001.

LAGRAVE, Rose-Marie. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette. In. DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres: A Idade Média** – volume 2. Porto: Afrontamento, 1990

LOURO, Guaciara. A Escola e a Produção das Diferenças Sexuais e de Gênero. In: **Cadernos de Educação: Gênero e Educação**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, ano III, nr. 10, dezembro, 1998.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1997.

MORFAUX, L.M. **Vocabulaire de la philosophie et des sciences humaines**. Paris: Armand Colin, 1980.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio: uma História da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

OPTIZ, Cláudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média. In DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres: A Idade Média** – volume 2. Porto: Afrontamento, 1993.

ORTOÑEZ, Marlene. QUEVEDO, Júlio. **História**. Coleção Horizonte. IBEP, 1998.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres: O Século XX** – volume 5. Porto: Afrontamento, 1993.

WEMPLE, Suzzane Fonay. In DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres: A Idade Média** – volume 2. Porto: Afrontamento, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentações de Documentos científicos**. v. 2 – Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos. Curitiba: UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentações de Documentos científicos**. v. 4 – Periódicos e Artigos de Periódicos. Curitiba: UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentações de Documentos científicos**. v. 6 – Referências. Curitiba: UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentações de Documentos científicos**. v. 7 – Citações e Notas de rodapé. Curitiba: UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentações de Documentos científicos**. v. 8 – Redação e Editoração. Curitiba: UFPR, 2000.